

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 543.108 - SP (2019/0327126-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : VITOR CARLOS DELEO
ADVOGADO : VITOR CARLOS DELEO - SP0239314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO AUGUSTO MATIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO. QUANTIDADE DE ENTORPECENTES. MAIS DE 1KG DE MACONHA. TENTATIVA DE FUGA NO MOMENTO DA ABORDAGEM POLICIAL. ATROPELAMENTO DE UM MOTOCICLISTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Leonardo Augusto Matias**, no qual se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2214385-71.2019.8.26.0000 – fls. 19/29), que manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo de primeiro grau, em razão da suposta prática do crime de tráfico de drogas (Processo n. 1500251-10.2019.8.26.0573 - fls. 54/56). O acórdão ostenta a seguinte ementa (fl. 20):

Habeas Corpus. Revogação da custódia preventiva. Inadmissibilidade - Indícios de autoria e materialidade a autorizar a manutenção da prisão - Presença dos requisitos contidos no artigo 312, do Código de Processo Penal - A significativa quantidade de entorpecentes, é circunstância que demonstra a necessidade da manutenção da medida excepcional para preservação da ordem pública, visto que sugerem que o paciente possa estar exercendo o tráfico para o seu sustento. A soltura do paciente pode redundar no seu retorno à odiosa prática da traficância - Ordem denegada.

Nesta Corte, a defesa pretende, em síntese, a revogação da custódia, tendo em vista a suposta inexistência de fundamentação idônea na decisão que a decretou. Alega que a segregação teria sido motivada apenas na gravidade abstrata do crime. Aduz que (fl. 7):

[...] o ora paciente encetou fuga em razão de a documentação do veículo encontrar-se vencida (...). Negou por duas vezes a posse do cânhamo – aos policiais e ao dr. Delegado. Todavia, depois de 12 horas na companhia dos demais autuados – num ato de evidente solidariedade – admite a autoria do delito sem

Superior Tribunal de Justiça

percalços nem intempéries.

Enfim, evidente que se viu premido a confessar algo que não pertencia, enquanto aguardava a audiência de custódia naquelas 12/15 horas de cárcere, em companhia dos demais autuados na ocasião.

Sustenta que devem ser levadas em consideração as condições subjetivas do paciente. Subsidiariamente, postula a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Liminar indeferida (fls. 129/131), informações prestadas (fls. 135/138), o Ministério Público Federal ofereceu parecer assim ementado (fl. 142):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. CRIMES DE TRÂNSITO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. Parecer pelo não conhecimento da ordem ou, caso conhecida, pela sua denegação.

É o relatório.

Inicialmente, ressalto que, para que fosse possível a análise da autoria delitiva, seria imprescindível o exame dos elementos fáticos da lide, o que é inviável no âmbito do *habeas corpus*, que possui rito célere e cognição sumária.

Depois, de acordo com reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

No caso, o Juízo singular converteu a prisão em flagrante em preventiva, sob a seguinte fundamentação (fl. 55 - grifo nosso):

No caso, verifica-se que estão presentes os requisitos da prisão preventiva tão somente em face do custodiado Leonardo Augusto, o qual nesta solenidade, assumiu a posse da substância entorpecente. **As circunstâncias concretas do crime indicam o envolvimento do agente com o tráfico, diante da grande quantidade de droga apreendida (1056,63g de maconha), o que comprova a periculosidade e o risco de reiteração delitiva, apesar da primariedade. Ainda, mostra-se legítima a conversão da prisão em flagrante em preventiva para garantir a ordem pública diante das circunstâncias do fato. É dos autos que o autuado não respeitou a ordem de parada e evadiu-se do local; durante a fuga, o condutor do veículo adentrou na contramão de**

Superior Tribunal de Justiça

direção e atropelou uma condutora de motocicleta. Não bastasse, o autuado continuou o trajeto em alta velocidade, fato que retrata, “in concreto,” a periculosidade do agente.

O acórdão impugnado, por sua vez, afastou qualquer ilegalidade na custódia, entendendo-a idoneamente fundamentada, conforme se vê do seguinte excerto (fls. 22/24 - grifo nosso):

Extraí-se dos autos que policiais militares realizavam bloqueio de trânsito na Rua Domingão Gonçalves quando avistaram um veículo VW/Gol de placas COE-6878/Anhembi, com quatro ocupantes que estava muito próximo da traseira do veículo Ford/Ecosport. **Em razão disso, deram ordem de parada ao automóvel VW/Gol, este que não obedeceu e evadiu-se em alta velocidade. Assim, os milicianos seguiram em perseguição ao referido veículo, o qual invadiu as preferenciais, entrou na contramão de direção e colidiu em uma motocicleta que trafegava na Rua Tenente João Francisco. A condutora/vítima da motocicleta, caiu ao solo e sofreu algumas escoriações nas pernas e nas mãos, foi socorrida pelos policiais, mas o condutor do veículo VW/Gol empreendeu fuga no sentido de Lageado.**

Após prestarem socorro à vítima, os policiais saíram no encalço do referido automóvel, tendo sido localizado na Rua José Barbosa de Barros, altura do numeral 837, momento em que observaram que os ocupantes do veículo **dispensaram uma sacola plástica de cor preta e trafegaram mais uns 500 metros e pararam. Dentro da sacola foi encontrado um tijolo de maconha (cerca de 1.056,63g). Realizada a abordagem nos ocupantes do veículo, verificou-se que o paciente era o motorista**, Mateus era o passageiro do banco de trás do condutor do veículo, Renato era o passageiro ao lado do motorista e Mike era o passageiro do banco de trás, ao lado de Renato, sendo certo que nada de ilícito foi encontrado em poder dos passageiros.

[...]

Verifica-se que o Juízo justificou adequadamente o decreto de prisão preventiva com elementos do caso concreto, uma vez que **a quantidade de droga apreendida não pode ser desconsiderada, como também as circunstâncias da própria prisão demonstram a periculosidade do réu**, vez que a significativa quantidade de drogas encontradas em seu poder demonstra que não se trata de um fato isolado ou esporádico na vida do paciente, até porque um iniciante certamente não levaria consigo tanto entorpecente.

Como se vê, a decisão que decretou a prisão preventiva está motivada, principalmente, **na quantidade do material entorpecente apreendido, qual seja, mais de 1kg de maconha, bem como no fato de que o paciente não respeitou a ordem de parada e evadiu-se do local; durante a fuga, o condutor do veículo adentrou na contramão de direção e atropelou uma condutora de motocicleta** (fl. 55), ou seja, fundamentação idônea e harmônica com o entendimento desta Casa sobre o tema.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, nos termos da jurisprudência desta Casa, a quantidade das drogas apreendidas constitui motivação válida para a decretação da custódia cautelar, como no caso.

A propósito:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DA DROGA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PREDICADOS FAVORÁVEIS DO ACUSADO. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Inicialmente, ressalte-se que sobreveio à presente impetração a prolação de sentença em desfavor do ora Paciente, condenando-o à pena privativa de liberdade de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais 500 (quinhentos) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, sendo-lhe vedado o apelo em liberdade. Não obstante a superveniência de novo título a embasar a custódia, é possível a análise do mérito da prisão preventiva, na hipótese, uma vez que o novo título manteve a segregação cautelar sem agregar fundamentos novos.

2. **Na hipótese, a segregação cautelar do Paciente foi fundamentada na necessidade de garantir a ordem pública, notadamente pela quantidade e diversidade da droga apreendida, quais sejam, 495,49g (quatrocentos e noventa e cinco gramas e quarenta e nove centigramas) de maconha e 94,15g (noventa e quatro gramas e quinze centigramas) de cocaína, bem assim pelos petrechos usados na prática do tráfico, no caso, uma balança de precisão.**

3. **A jurisprudência pacífica desta Corte Superior se orienta no sentido de que a quantidade e a diversidade da droga apreendida configuram elementos aptos a justificar a imposição da segregação provisória para garantia da ordem pública.**

4. A existência de condições pessoais favoráveis não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

5. Ordem de *habeas corpus* denegada.

(HC n. 494.202/MG, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 14/10/2019 - grifo nosso).

Além disso, *o paciente foi surpreendido, em concurso com outros dois corréus, transportando no interior de um veículo grande quantidade de maconha. Ademais, no momento da abordagem, os acusados empreenderam fuga atropelando um dos policiais.* 4. *Tais fatores evidenciam a gravidade concreta das condutas perpetrada e a habitualidade do agente na narcotraficância, mostrando que a manutenção da prisão preventiva se encontra justificada e é necessária como forma de preservar a ordem pública e, conseqüentemente, acautelar o meio social, evitando a*

Superior Tribunal de Justiça

perpetuação da referida atividade delituosa (RHC n. 108.103/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 02/04/2019).

A propósito:

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. PERICULOSIDADE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA E FUGA NO MOMENTO DA ABORDAGEM. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROPORCIONALIDADE ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E EVENTUAL REGIME PRISIONAL A SER FIXADO. INCABÍVEL O EXAME. EXCESSO DE PRAZO. TESE NÃO SUSCITADA PERANTE A CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DENEGADO.

1. **É válido o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade *in concreto* do fato delituoso, cifrada na quantidade de entorpecente apreendido - 428, 65g (quatrocentos e vinte e oito gramas e sessenta e cinco decigramas) de maconha.**

2. As instâncias ordinárias ressaltaram a possibilidade concreta de reiteração delitiva, pois o **Paciente** possui duas condenações pela prática de delito de mesma natureza, além de terem destacado que ele **se evadiu do local do fato no momento da abordagem, sendo que um dos policiais militares "precisou pular para não ser atropelado pelo condutor do veículo", a demonstrar a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública.**

3. A jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que "a periculosidade do agente e a reiteração delitiva demonstram a necessidade de se acautelar o meio social, para que seja resguardada a ordem pública, e constituem fundamento idôneo para a prisão preventiva" (HC 136255, Segunda Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 10/11/2016).

4. Se há indicação de fundamentos concretos para justificar a prisão preventiva, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

5. "Não cabe a esta Corte proceder com juízo intuitivo e de probabilidade para aferir eventual pena a ser aplicada, tampouco para concluir pela possibilidade de fixação de regime diverso do fechado e de substituição da reprimenda corporal, tarefas essas próprias do Juízo de primeiro grau por ocasião do julgamento de mérito da ação penal. (Precedentes)" (HC 438.765/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe de 01/06/2018.)

6. A tese de excesso de prazo na formação da culpa não foi suscitada perante o Tribunal a quo, circunstância que impede qualquer manifestação desta Corte, sob pena de supressão de instância.

7. *Habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa parte, denegado.

(HC n. 453.791/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 10/10/2018 - grifo nosso).

Superior Tribunal de Justiça

Registro, ainda, que, nos termos da jurisprudência desta Corte, eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, isoladamente, conduzir à revogação da prisão preventiva.

Por fim, concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da custódia, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

